



MANIFESTO DA COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS SOBRE A COP 30 AO GOVERNO BRASILEIRO: NÃO HAVERÁ JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL

A Coalizão Negra por Direitos, composta por 248 organizações dos movimentos negros e aliados das cinco regiões do Brasil, apresenta esta carta como instrumento de denúncia, proposição e convocação ao compromisso político com o enfrentamento dos impactos das mudanças do clima. Reafirmamos que o **combate às desigualdades raciais**, sociais, de gênero e territoriais deve ser elemento central nos esforços do governo brasileiro para o **enfrentamento à crise climática**. É fundamental que se assegure o protagonismo das populações vulnerabilizadas na construção de soluções reais e biointegradas, em especial no território amazônico, o anfitrião da conferência, formado por 68% de população negra. Não é possível visualizar um Círculo dos povos sem a presença desta população diretamente afetada, que conta com 200 milhões ao redor do mundo; nem o funcionamento de um Mutirão sem considerar aqueles que têm como cultura e prática política a coletividade. A COP 30, que ocorrerá em Belém do Pará, deve marcar um ponto de virada: ou o Brasil assume de forma definitiva o combate ao racismo ambiental como central no debate climático, para de fato “liderar pelo exemplo”, ou reforçará um pacto de branquitude, silenciamento, exclusão e aprofundamento do genocídio da população negra.

A emergência climática escancara desigualdades históricas e violências estruturais oriundas da colonialidade racista e do patriarcado. Em todo o mundo, os povos afrodescendentes, indígenas e, no caso brasileiro, quilombolas, ribeirinhos, comunidades pesqueiras e tradicionais enfrentam os efeitos mais intensos e danosos das mudanças do clima. Nosso povo está exposto à degradação ambiental, ao racismo e à negação de direitos ambientais - entre eles, o direito à terra, à moradia, à saúde e à alimentação saudável.

Apesar de uma realidade amplamente conhecida e fundamentada por inúmeros dados, análises e pela mobilização histórica dos movimentos negros, a primeira carta da presidência da COP30, divulgada em março de 2025, não incluiu referência à população afrodescendente ou ao racismo ambiental. Mesmo a segunda carta menciona os termos “justiça climática” e “transição justa” de forma superficial, sem conexão com os contextos concretos de desigualdade e exclusão enfrentados pela população afro-diaspórica. O Brasil, país com a maior população negra fora do continente africano (56% de sua população, mais de 112 milhões de pessoas), falha ao não reconhecer que **justiça climática exige compromisso com reparação, redistribuição de poder, oportunidades e recursos**. Esses argumentos, inclusive, são utilizados por nossos movimentos e organizações quando reivindicamos, em espaços internacionais, a justa medida de responsabilização ambiental, social e financeira do Norte para o Sul Global.



Em 2015, mesmo ano do Acordo de Paris, 50 mil mulheres negras marcharam até Brasília, de todas as partes do país, para denunciar o racismo, a violência e reivindicar o *bem viver* como uma nova utopia. Dez anos depois, a segunda Marcha Nacional das Mulheres Negras vai acontecer logo após o encerramento da COP 30, onde a sociedade brasileira e internacional é convocada para a construção de um novo pacto civilizatório, uma sociedade que valorize a sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais, que constitua novas relações entre o coletivo e o individual, com a terra, as florestas e as águas. E principalmente, uma **sociedade onde a vida esteja acima do lucro**.

A Marcha das Mulheres Negras constitui uma ação coletiva de mulheres negras de diferentes locais e nacionalidades, que propõem um novo marco civilizatório, no qual as soluções para a crise climática articulam os conhecimentos de nossos antepassados com os avanços científicos disponíveis na atualidade. Nossas proposições confrontam o modelo de desenvolvimento que, ao explorar vidas e territórios racializados, perpetua desigualdades e devasta o meio ambiente.

Diante desse cenário, esta carta tem dois propósitos. Primeiro, convocar a classe política e o governo brasileiro a assumir compromissos com a justiça racial no enfrentamento da crise climática. É necessário incorporar o racismo ambiental como fator estruturante das desigualdades socioambientais e elemento central no debate sobre justiça climática. Também é preciso garantir a participação dos movimentos negros na COP30 e nos processos de formulação política conduzidos pelo governo em todas as áreas. O mutirão puxado pela presidência da COP não funcionará se ignorar os corpos e territórios afrodescendentes. Em segundo lugar, somar esforços na mobilização dos povos afrodescendentes no Brasil, no Caribe, nas Américas, nos países africanos e na diáspora global para construir uma agenda comum contra o racismo ambiental, com reconhecimento dos direitos territoriais, financiamento direto às iniciativas negras e valorização dos saberes ancestrais na adaptação climática.

Assim, recomendamos:

1. Reconhecimento e menção dos afrodescendentes em documentos oficiais de negociação;
2. Inclusão de raça, etnia, idade, deficiência e território entre os indicadores que estarão em negociação no documento sobre o Objetivos Globais de Adaptação (GGA);
3. Garantia da aprovação do Plano de Ação de Gênero com abordagem interseccional que reconheça disparidades de raça, etnia, idade, deficiência e território;
4. Institucionalizar mecanismos de participação para a formulação de políticas e acolhimento de denúncias de violações aos direitos humanos no contexto da transição justa, adaptação às mudanças climáticas e financiamento. Esta recomendação visa garantir a inclusão de populações afrodescendentes na governança climática global e nacional, e assegurar diversidade de gênero e raça em posições de tomada de decisão;



5. Considerar estudos e pesquisas desenvolvidos por cientistas e pesquisadores afrodescendentes, a fim de que sejam incluídas novas abordagens e perspectivas de entendimento e solução;
6. Integrar raça e gênero nos planos nacionais de adaptação e prevenção de desastres, garantindo que as mulheres afrodescendentes participem dos processos de formulação, implementação e recuperação por meio do acesso a recursos econômicos e políticos adequados;
7. Desenvolver indicadores de monitoramento para identificar os grupos sociais mais impactados pelas medidas de transição energética, com ênfase em renda, raça e etnia, gênero e território;
8. Reconhecimento formal e incorporação do racismo ambiental nos documentos oficiais da COP 30 e nas posições públicas do governo brasileiro perante a UNFCCC, com a garantia de um espaço para os movimentos afrodescendentes dentro da convenção-quadro, como uma constituinte.
9. Apoio na aprovação junto à UNFCCC no status de observadoras de organizações afrodescendentes;
10. Garantia de credenciais, estrutura física e apoio logístico para a delegação da Coalizão Negra por Direitos e demais movimentos negros;
11. Estabelecimento de um canal permanente e formalizado de diálogo com Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Cidades, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria Geral da Presidência da República, com foco em políticas públicas integradas, intersetoriais e racializadas, com participação do movimento negro;
12. Garantia de financiamento direto e desburocratizado para adaptação climática nos territórios periféricos, quilombolas, indígenas e tradicionais, com acesso prioritário aos recursos aos fundos climáticos, como o Tropical Forest Forever Facility (TFFF).

Esta carta é, ao mesmo tempo, uma exigência e um chamado. Dirige-se à presidência da COP 30 e ao Estado brasileiro, convocando-os ao exercício da responsabilidade histórica e política que o momento impõe. Reivindicamos que a COP assuma a liderança na construção de uma agenda internacional de enfrentamento ao racismo ambiental de forma objetiva. A resposta deve colocar os impactos desproporcionais da crise climática sobre povos afrodescendentes, indígenas e comunidades tradicionais no centro das negociações, decisões e financiamentos. Por fim, convocamos nossos aliados no Brasil e em outros países a mobilizarem-se coletivamente para pressionar e garantir que justiça racial e climática caminhem lado a lado rumo a uma transição verdadeiramente justa.

Por reparação, por memória e por bem viver.
Não haverá justiça climática sem enfrentamento ao racismo ambiental.

Coalizão Negra por Direitos
junho de 2025